

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Quarenta e cinco.
O Sr. Esmeraldo Tarquinio — ... tivemos 38. V. Exa. esquece "pritch" integralist ade 38. Tivemos 45, tivemos 54, tivemos 55 — retorno aos quadros vigentes — tivemos 61, e parece que o 63 se está encaminhando para a gente do "coronel Lincois", que continua a mesma. (Risos.) E nós, nessa Assembleia, com 115 homens, não conseguimos quorum para rejeitar ou aprovar um veto, 10 vetos, 40 vetos. — E o fim do mundo: "Fim mundi"! "Quousque tandem" poderá aguentar o povo? Até quando poderá aguentar o povo este insulto ao seu voto, esta desconsideração à sua manifestação de vontade? Esse povo, que constitui a razão de ser deste Poder, entrega-se a um processo de desilusão que, dentro em breve, dentro em muito breve, palavras como estas, descoloridas (não apoiado!), e palavras triburantes, como as do nobre deputado Oswaldo Martins, como a de V. Exa. e de um sem número de homens desta Casa, inclusive alguns dos ausentes, palavras como estas não encontrarão campo de proliferação na alma cívica do brasileiro, destes que nos trazem para cá como seus representantes. E triste será esse momento, nobre deputado. Nós fazemos hoje, com estas ausências, com estes descasos, com este atrelamento à vontade majoritária do governo, fazemos o mesmo que o Sr. Barreto Pinto fez em 1947, tentando repetir o processo de desmoralização que em 1937 levou o Sr. Getúlio Vargas a fechar o Congresso Nacional com a polícia batendo às portas do Palácio Tiradentes. E isto que nós estamos conseguindo, é nesta descida, é nesta ladeira pela qual nos estamos precipitando. Estamos aqui, neste Poder Legislativo, soberano, de cuja soberania se fala a todo momento, fazendo justamente o jogo de nossos inimigos. Não homens individualmente falando, mas nós, Poder Legislativo, nós, povo, em sua legítima soberania, nós, que constituímos, dentro do processo democrático, o mais belo dos poderes, porque é o Poder que se manifesta livremente, com respeito, mas com veemência enérgica ou com energia veemente. (Muito bem!)

Veja nobre deputado José Lurtz Sabia: momento haverá em que este homem da rua, que observa o seu voto jogado à vala comum do desprezo, do descaso, da desconsideração, há de levantar-se junto aqueles que já pedem ditadura, como se essa fosse a tábua de salvação contra as suas misérias, contra o desespero, contra a fome de seus filhos, contra a ausência de emprego.

O SR. JOSE LURTZ SABIA — E de justiça!...

O Sr. Esmeraldo Tarquinio — Ah! nem fale de justiça, nobre deputado. Então, nobre deputado José Lurtz Sabia, concitar, conchamar, exorar agora não adianta. Estamos às 23 horas e 18 minutos, quase que numa repetição da noite de ontem, a falar aqui para alguns homens de boa vontade, para alguns homens livres e de bons costumes, para alguns homens e algumas palavras. Cá estamos nós, na repetição do fato de ontem, com uma exceção, talvez. Amanhã será o mesmo. Lá está o meu requerimento, realmente, a que faz menção o nobre deputado Oswaldo Martins. Requerimento que, dada a existência desses fatos, nós pedíamos, com vênias devidas, restabelecessem as sessões que foram suprimidas por outro requerimento aprovado por esta Casa. Por isso a vênias. Mas não temos esperança de sequer vê-lo aprovado. Este requerimento visa à volta das sessões de segunda e terça-feira, para apreciarmos todos os vetos, perdendo, sim, porque somos minoria. E' da essência da democracia o respeito à maioria, mas à maioria atuante, que estivesse conosco inclusive na humilhação que incluía duas bandejas de sanduíches, algumas garrafas de Coca-Cola, de Guaraná, de Crush e de outros refrigerantes, a humilhação de peia qual um deputado já foi chamado de demagogo. Nós, entretanto, entramos no sanduíche, na Coca-Cola, no Guaraná, porque é duro permanecer aqui das 14 até às 23 horas e 20 minutos, sem comer, sem qualquer alimento, dado que é preciso permanecer aqui. Então, num rasgo de pena de si mesmo, porque passa pelo mesmo sacrifício, o Sr. Presidente faz vir duas bandejas de sanduíches e algumas garrafas de refrigerantes. Então, nobre deputado, V. Exa. vê já o seu tempo esgotar-se. Devo terminar este aparte que, por bondade de V. Exa., quase se constituiu num discurso paralelo. Veja V. Exa. que não haverá descanso para nós, deputados conscientes, durante a Semana Santa, principalmente a sexta-feira santa, dia em que há 1930 anos um homem era crucificado. Não haverá descanso para nós, em nossas consciências, pois que, com esta ausência para a votação tácita do veto, que é um dos institutos mais odiosos que a democracia permite, estaremos também crucificando o regime. As nossas consciências lembrar-se-ão de que um ato impensado crucifica o regime, atirando-nos às mesmas feras, aos Penabotos, aos Lacerdas e companhia. Fim. Fim. Fim.

O SR. JOSÉ SABIA — Muito obrigado a V. Exa., nobre deputado Esmeraldo Tarquinio, pelo brilhante aparte. Mas quero dizer que é como tristeza realmente que eu vejo o parlamento. E, moço, como V. Exa., como tantos outros parlamentares que lá, na praça pública, à conquista do voto, fazia sua pregação com idealismo extraordinário, com o coração voltado para esta imensa pátria, com a esperança assim de quem, chegando ao parlamento, iria salvar a pátria, e chega numa noite desta precisamente às 11,25 da noite, vê com tristeza o parlamento vazio e alguns cidadãos saírem desta Casa, a Casa do povo, como dizem, totalmente decepcionados, inteiramente desiludidos. E eu diria, como o extraordinário poeta balano Castro Alves: "Deus, oh Deus! Onde estás que não responde? Em que mundo, em que estreita tu te escondes embuçado nos céus? Há 2 mil anos te mandei meu grito, que embaide desde então corre o infinito. Onde estás, Sr. Deus?". E eu diria: onde estão os parlamentares desta Casa? Onde está a consciência da representação popular? Onde estão aqueles que buscaram o voto através de processos até indecorosos e, ao invés de estarem presentes, primam pela ausência? Mas é uma pena, porque estão sacrificando não apenas o povo, mas a democracia, não apenas a democracia, mas a própria pátria brasileira. E que exemplo triste, que exemplo doloroso este!

É uma pena, é uma lástima que nesta Casa hoje não estejam presentes todos os Srs. parlamentares. Não há de ser nada. Quem sabe se não será tocada a consciência de cada um? Quem sabe se amanhã enxergarão o perigo de perder esta liberdade de que, graças a Deus, ainda desfrutamos? Quem sabe se não compreenderão que estão construindo a sua própria ruína e cavando a sua própria sepultura? Lastimo profundamente que a maioria dos Srs. deputados não esteja aqui. Lastimo profundamente que só haja aqui, para desprestígio desta Casa, um reduzido número de deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede licença ao nobre orador para informá-lo de que o tempo de S. Exa. está esgotado.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES (Para reclamação) — Sr. Presidente, eu me inscrevo e cedo o meu tempo ao eminente deputado José Sabia.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra por 30 minutos, por cessão do nobre deputado Roberto Cardoso Alves, o nobre deputado José Sabia.

O SR. JOSÉ SABIA — Quero agradecer a gentileza do nobre deputado Roberto Cardoso Alves em me ceder o seu tempo, possibilitando-me continuar com a minha modesta, com a minha simples mas sincera argumentação, embora falando para as cadeiras vazias. Mas quando eu comeci a minha pregação cívica nesta cidade, neste Estado, também pregava para praças públicas quase vazias. Mas não foi em vão, porque algumas vozes ouviram esta pregação e transmitiram-na a outros. Quem sabe se estas minhas humildes palavras, porém verdadeiras, não encontrarão eco e caminharão por este planeta afóra.

Quero nesta oportunidade agradecer à maioria desta Casa, que se retirou um a um. Quero agradecer a ausência de S. Exas. Quero agradecer a cada um, lastimando profundamente que desta forma tenham eles contribuído para a desvalorização desta Casa e do próprio regime.

Mas, Srs. deputados, vale a pena permanecer nesta Casa, porque o parlamentar que aqui permanece, que aqui trabalha, que cumpre o seu dever sai daqui com a consciência leve. Dorme o seu sono e acorda disposto a enfrentar a luta seguinte. Sai tranquilo porque sabe que cumpriu o dever, embora lastimando que os seus companheiros, na sua grande maioria, não tenha feito o mesmo. Mas, sempre há alguma coisa a aproveitar e aqui temos jovens parlamentares que permanecem em plenário, demonstrando que amam esta Casa, amam a representação popular, a democracia e querem a substanciação da própria representante nesta Casa.

O Sr. João Batista Botelho (Com assentimento do orador) — Infelizmente, isto vem reformar o que pregam o Governador de São Paulo, segundo afirma alguns jornais da Capital, e o governador da Guanabara, o Governador mata-mendigos. Não são palavras minhas, são da imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas tivemos oportunidade de verificar um jornal essencialmente católico, até pela primeira vez que vi este jornal e que estampa uma consulta à opinião pública no sentido de saber para que são eleitos os Srs. representantes do povo, quer do Parlamento da República quer das Assembleias Legislativas do Estado. Não me lembro bem a cifra da porcentagem. Sei que foi consultada a classe rica, a média e a pobre. No total, 79% acusaram que os Srs. deputados são eleitos por interesse próprio, para usufruir interesse próprio. E, infelizmente, a ausência dos parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que se verifica neste instante, vem quase ratificar o que eu verifiquei naquele jornal. Infelizmente, não me lembro o nome.

Sei que é um jornal essencialmente católico que fez essa consulta à opinião pública.

— E' dado um contra aparte.

O Sr. João Batista Botelho — Muito obrigado ao deputado que me

informa o nome do jornal. De maneira que tive oportunidade de verificar por infelicidade, tive a oportunidade de verificar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que na sua maioria, está confessando, está ratificando aquilo que foi feito. Infelizmente é necessário que, neste instante, nós que não apoiamos aquilo que o Governador da Guanabara prega a revolução pela ditadura, temos que nesta altura e todas as vezes que o Altíssimo Todo Poderoso nos oferecer força, nos oferecer oportunidade nos der ocasião, apelar, para os deputados ausentes e até invocar o Altíssimo Todo Poderoso, para que ilumine esses deputados, para virem cumprir o seu dever.

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Muito obrigado, nobre deputado que vem corroborar outras afirmações que outros parlamentares fizeram nesta tribuna.

O Sr. Castro Prado — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Concederei já o aparte. De maneira que é uma pena que os feirantes, que os ambulantes que aqui compareceram ontem e hoje, saiam daqui sem ver o resultado da aprovação ou da rejeição do veto. É uma pena que alguns meses atrás esta Casa também tenha aprovado um projeto que considero imoral, na Legislativa passada, em que se isentava do imposto de vendas e Consignações alguns grupos economicamente poderosos. É uma pena também!

É uma pena, mais ainda, que a maioria desta Casa, como afirmel no início do meu discurso, não tenha exigido que viesse a emenda do nobre deputado Felício Castellano, para revogar aquele artigo n.º 2, que considero indecente, imoral, indecoroso, que compromete não apenas o parlamento que o aprovou, mas inclusive as próprias finanças do Estado, que vem sendo lograda na ordem de 30 milhões de cruzeiros. Posso afirmar que frigoríficos deixam de cumprir diariamente o recolhimento de quatro, cinco milhões de cruzeiros de imposto de vendas e Consignações o que dá uma soma de 150 milhões. Isto é doloroso, e nem um benefício trouxe ao povo.

Alegavam, alguns defensores, que o projeto beneficiaria o povo e o consumidor. Conversa! Só conversa e nada mais. O povo é que paga o alto tributo do procedimento impensado, incorreto de grande número de parlamentares da legislatura passada.

Tem o aparte nobre deputado Castro Prado.

O Sr. Castro Prado — Muito obrigado, nobre deputado. Em primeiro lugar, devo dizer a V. Exa. que concordo com a sua tese em fazer uma crítica à ausência dos nossos estimados colegas. Entretanto não vai nisso minha concordância na forma e nos termos eu que algumas vezes foram feitas as críticas. Mas quero me reportar, e não posso, e a democracia não pode, deixar passar a oportunidade de contestar aqui uma afirmação do nobre deputado Esmeraldo Tarquinio, a quem rendo minhas homenagens e o meu respeito quando afirma que o mau comportamento da Assembleia e no caso a presente, poderá nos atirar aos Lacerdas e Penas Bótos. Meu nobre deputado José Lurtz Sabia, meus nobres pares que estoicamente aqui ainda permanecem, eu quero e peço testemunho desta Casa, perguntar: quem mais democraticamente, até hoje se expôs, defendendo, possivelmente contra o ponto de vista de muitos dos Srs. deputados, mas defendendo corajosa, pública e desassombradamente os seus ideais democráticos, do que Carlos Lacerda?

Não concordo, e protesto, quando se verberam atitudes de homens que defendendo o seu ponto de vista democraticamente, porque dentro do parlamento, porque nas tribunas públicas democrática e corajosamente, porque exponto a sua própria vida aos cidadãos de algumas épocas. Não concordo e protesto. Respeito a atitude dos meus nobres colegas, mas quando alguém, esquecido do que estamos num país democrático, venha tachar de Penas Bótos e Lacerdas, num sentido depreciativo e pejorativo, tenho de discordar. Estamos num país democrático e ninguém com mais coragem, brilho, desassombro tem defendido este regime. E cito um exemplo para elucidar e provar a esta Casa. Enquanto muita gente nesta Casa discorda de Carlos Lacerda, tachar nesta Assembleia de atrevido e "mata-mendigos", esta Casa irá dar depoimento a meu favor neste instante. O Presidente da República, que até ontem se mantinha em posição dubia vai a Marília e lá é obrigado a fazer definição clara, lucida, da qual não poderá recuar diante do povo brasileiro na defesa intransigente da democracia. Quero que fique consignada nos anais desta Casa o meu pronunciamento e chamo a atenção dos meus nobres pares para a nossa coragem de nos colocarmos definitivamente na defesa estrita da democracia, de uma coisa que eu, no meu entender pessoal, chamo de complexo da direita ante a esquerda. Nobre deputado José Lurtz Sabia, meus nobres pares, fica aqui o depoimento de um homem que vem para o parlamento falar o que sente, como todos, tem a certeza, que vieram, para que amanhã não pese sobre a consciência dos seus eleitores, não pese sobre a consciência dos eleitores de todos meus colegas aquela sentimento de frustração que realmente esta se apossando da mentalidade eleitoral em nosso Estado e em nosso país.

Muito obrigado, nobre deputado José Lurtz Sabia.
O SR. JOSE LURTZ SABIA — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero ter a satisfação de receber o aparte do líder da maioria, nobre deputado Hilário Torloni.

O Sr. Hilário Torloni — Muito obrigado, nobre deputado José Lurtz Sabia. Eu tenho a impressão de que há um grupo nesta Assembleia que quer ter o monopólio de todas as virtudes cívicas de São Paulo e do Brasil! Esse grupo monopoliza, grupo ao qual não pertence V. Exa., todas as virtudes cívicas e não deixa nada para os outros! V. Exa. acha que a maioria é culpada disto tudo. Entendo que seja maioria parlamentar a que V. Exa. se refere. Esta maioria parlamentar não se constituiu, não existe como bloco parlamentar, de acordo com o que o Regimento Interno exige. Sabe V. Exa. que ela deve se constituir, indicar seus líderes e vice-líderes e assim por diante. Perguntaria a V. Exa.: com quantos deputados conta a minoria nesta Casa? Uma, duas, três dezenas? Quantos estão no plenário? Chegam a 10? Então a minoria também não está presente a esta Casa nesta hora! E se V. Exa. critica a maioria situacionista estende as críticas aos seus colegas de oposição ou de minoria nesta Casa. Ser juiz de atos alheios é tarefa árdua que ultrapassa as nossas limitações humanas. Quero dizer a V. Exa. que se a maioria situacionista, em processo de constituição, de acordo com o Regimento, quisesse levar esses vetos à vala comum poderia obstruir o primeiro deles desta longa lista. E V. Exa. é testemunha que nenhum deputado da situação ocupou esta tribuna para obstruir sequer um projeto desses vetados. Não tomamos atenção desta Casa em nenhum deles, para permitir aos Srs. deputados, com a nossa presença em plenário, e com nossa ausência da tribuna, salvo para um ou outro encaminhamento de votação para firmar nosso ponto de vista, para permitir a esta Casa o exame de toda esta matéria e deliberação final. Porque toda essa crítica à maioria parlamentar, como se um grupo minoritário fosse o dono de todas as virtudes cívicas e a maioria parlamentar de todos os vícios desta República?

Quanto ao outro aspecto, permita-me lembrar a V. Exa. que aquele projeto que concedeu isenção de imposto aos que V. Exa. apelidou de "tuberoes", isto é, aos comerciantes atacadistas, não contou com o nosso voto. Ele teve o nosso repúdio. Votamos contra ele. Nem poderia ser de outra forma. Daí não haver antinomia entre a nossa atitude de ontem e a de agora. Votamos contra aquele projeto. Há uma emenda, em tramitação na Casa, que quando for colocada na ordem do dia, terá novamente o nosso voto no mesmo sentido. Entendemos que aquela isenção está dando ao Estado um prejuízo vultuosíssimo. E condenável, é indefensável, é uma isenção que consideramos necessário repudiar (muito bem) dentro do mais breve prazo. E não fomos só nós que assim agimos. Foi uma grande parte da Assembleia, tanto que, numa votação que se tornou confusa, que não pôde sequer ser entendida pela própria Taquígrafia da Casa, que se repetiu depois, pela voz de seus líderes, ganhou por um voto apenas. Veja V. Exa. que a Assembleia não pode ser condenada como está. Ela agiu dessa forma, em um instante em que, talvez, a falta de um ou outro deputado ensejou uma maioria eventual, quase ridícula e que, entretanto, trouxe ao Estado esse grande prejuízo. Mas a Assembleia não pode ser criticada por aquele ato, na sua totalidade. Foi uma diferença mínima que propiciou vitória à causa dos que defendiam a isenção para os atacadistas, contra o nosso pensamento, contra o nosso voto. Esses os reparos que julguel necessário introduzir no brilhante discurso de V. Exa., que me honrou com a concessão do aparte.

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Agradeço ao nobre líder da maioria, de fato, não de direito, porque ela ainda não foi organizada, assim como a minoria também não. Nós estamos tentando a sua organização. Há um protocolo na Casa, no sentido na sua organização, de direito e de fato. A maioria já existe de fato. De direito não, porque não foi ainda organizada.

Quanto ao aspecto da posição de V. Exa., que afirmara, anteriormente, que votaria contra o projeto e que manteria sua posição, admiro-me da afirmação de V. Exa., porque aqui está um parecer de V. Exa., que foi relator especial da matéria que está em discussão, e à qual V. Exa. deu parecer favorável, como relator especial, plenipotenciário, digamos assim. Então, veja que paradoxo, que incoerência...

O Sr. Hilário Torloni (Com assentimento do orador) — Fixei minha posição no projeto que concedia isenção aos atacadistas de São Paulo. V. Exa. afirmou que eu havia votado de maneira diversa, se bem entendi. Eu queria, então, repetir que naquele projeto que concedia isenção para os atacadistas de São Paulo o meu voto foi contrário. E, quando a emenda vier a Plenário, será de novo contrário aquela isenção, que tão grandes prejuízos vem trazendo ao